

1. Algumas Sugestões

Na República de Angola coexistem e interagem vários grupos etnolinguísticos com diferentes línguas maternas africanas, para além do Português que é, simultaneamente e por razões de Estado, a língua oficial¹. As referidas línguas maternas africanas servem de polo aglutinador e dinamizador de cada uma das culturas específicas a que servem de suporte e não podem, nem devem continuar a ser excluídas, de entre os pré-requisitos indispensáveis ao desenvolvimento do País. Com efeito, pese embora a acção de sentido contrário e altamente meritória conduzida pelas diferentes confissões religiosas que operam em Angola, a política assimilacionista perpetrada pelo colonialismo português, ignorou os saberes dos povos de Angola e inviabilizou ou, pelo menos, dificultou a integração de novos saberes e a sua repercussão no desenvolvimento do País. A partilha de África, de acordo com os interesses dos diferentes colonizadores e a consequente artificialidade das fronteiras entre Estados, vieram dificultar e retardar ainda mais a acção do poder instituído, até porque este, legitimamente empenhado em oferecer igualdade de oportunidades aos cidadãos, caiu na tentação de considerar que todos os angolanos têm à partida os mesmos conhecimentos, quer no plano qualitativo, quer no quantitativo, no que se refere ao domínio da única língua de escolaridade – o Português. A adopção deste falso princípio, a instabilidade vivida em Angola, que é fortemente incentivada e explorada por aqueles que têm por objectivo apropriar-se das

¹ Ver, no 1.º capítulo, Grupos e Subgrupos Etnolinguísticos de Angola, segundo a classificação apresentada por João Vicente Martins, em *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tutchokwe do Nordeste de Angola*.

riquezas e do esforço do trabalho dos angolanos, ajudam a compreender que ainda não tenha diminuído muito significativamente o número de analfabetos herdados da época colonial.

As preocupações de ordem político-ideológica secundarizaram a problemática da comunicação, factor indispensável para que a aprendizagem ocorra. E, sendo difícil a comunicação, obviamente se tornou difícil a aprendizagem, a transmissão e a apreensão do saber na escola primária oficial angolana. Deixou-se efectivamente de ter em conta os fundamentos didáctico-pedagógicos básicos:

- do conhecido para o desconhecido;
- do simples para o complexo;
- do fácil para o difícil;
- do próximo para o afastado;
- do geral para o particular.

Pior que isso, passou-se a exigir que toda a criança angolana aprendesse o mesmo conteúdo e no mesmo período de tempo, que as crianças que têm a Língua Portuguesa interiorizada como língua materna. E, no geral, todos os angolanos, independentemente dos diferentes níveis de bilinguismo, são obrigados a aprender ao mesmo ritmo das crianças portuguesas ou brasileiras de hoje, nos seus respectivos países. Não se teve em conta, que a grande maioria das crianças angolanas, que vivem ou descendem das zonas rurais e de algumas suburbanas, falam no seio familiar, em línguas africanas, que têm uma origem *bantu* e não latina, ou, por vezes, ainda num nível da língua de escolaridade pobre de vocabulário, fruto de uma aprendizagem do Português como língua materna ou língua segunda. E isto não é de modo algum suficiente para que estas crianças acompanhem o ritmo imposto pelo modelo de calendário escolar, semelhante ao de Portugal ou do Brasil. Nas três ou quatro horas, que essas crianças vão à escola, ouvem e têm, por vezes, que “aprender” tudo exclusivamente num idioma que, muitas vezes, não

conseguem correctamente descodificar. E é aqui que se situa o problema de fundo da escola de base angolana, no 1.º nível, que é a base de todo o Sistema Educativo.

Para atacar eficazmente este problema e preparar os angolanos para o desempenho de tarefas concernentes ao desenvolvimento acelerado do País, torna-se indispensável que os quadros da Administração Pública e das Forças Armadas, dominem o mais rapidamente possível e com a necessária competência linguística a língua oficial e de escolaridade – o Português escrito e oral – e, pelo menos, outra língua africana, utilizada em estreita cooperação com aquela. Para que tal aconteça, os agentes do poder central, provincial e local deverão beneficiar de cursos intensivos de Português, língua segunda, e adquirir conhecimentos de outras línguas angolanas, dominantes nas suas zonas de influência, pelo menos na sua forma oral.

Será desejável introduzir, nos cursos intensivos destinados aos agentes educativos, noções de linguística comparada, aplicada ao ensino-aprendizagem do Português língua segunda e, ainda, técnicas de recolha e tratamento preliminar de documentos autênticos, que permitam o estudo das línguas maternas utilizadas por todos os angolanos. A rádio e a televisão, como meio de difusão de massas, podem, em nossa opinião, contribuir significativamente como facilitadores das expressões oral e escrita, tanto na aquisição do português língua segunda, como na aprendizagem das línguas africanas de Angola. Seria vantajoso que os programas de TV dispusessem de legendagem e de dobragem, quer na língua oficial, quer em línguas africanas de Angola. A rádio poderia alargar a utilização da Língua Portuguesa em cooperação com as Línguas Africanas a outros programas, além dos noticiários. Desta forma ambas concorreriam, certamente, para a promoção de uma educação bilingue em situação de multiculturalismo.

As acções, que vierem a ser desenvolvidas neste sentido, têm, de antemão, o seu enquadramento assegurado, não só

através da cooperação multilateral, no âmbito da SADC, mas também o enquadramento bilateral com países vizinhos. Assim, Angola poderia beneficiar da transnacionalidade das línguas africanas e das que, neste domínio, se revelaram positivas. Mas este espaço de reflexão deverá continuar a ser acarinhado pela UNESCO, pela CPLP e, conseqüentemente, pelo IILP, responsável pela implementação de projectos que visam a promoção e a difusão da Língua Portuguesa, pelo Instituto Camões, pela Associação de Universidades de Língua Portuguesa – AULP, pela Associação de Professores de Português – APP... e outras ONG's, com a indispensável colaboração das diferentes Confissões Religiosas, que conduziram, com êxito, experiências reconhecidamente eficazes no terreno.

Paralelamente a este trabalho de base deveriam continuar a ser estudadas outras línguas estrangeiras, de forma a poder aceder mais facilmente às novas tecnologias, no contexto da mundialização, da multiculturalidade e dos princípios de horizontalidade que, na prática, deverão reger as relações entre os povos, independentemente de “raças”, etnias, confissões políticas e/ou religiosas, género, local de nascimento...

Neste trabalho procurámos identificar alguns trilhos que consideramos indispensáveis ao progresso dos povos, com preocupações assentes nas relações dialécticas entre Ensino/Formação/Educação, Escola/Família, Escola/Comunidade e EDUCAÇÃO/DESENVOLVIMENTO, que Angola, como Estado Independente Africano e membro da Organização das Nações Unidas, pode, quer e merece ter.